



Venezuela em transe



Duelo e divergências na ONU

» SILVIO QUEIROZ

A sessão extraordinária do Conselho de Segurança das Nações Unidas, convocada para debater a crise instalada na Venezuela pela incursão militar dos Estados Unidos e pela captura do presidente Nicolás Maduro, terminou ontem sem nenhuma decisão. Mas expôs, com fartura de exemplos, múltiplas divisões abertas na comunidade internacional pela ação ordenada pelo presidente Donald Trump. Não apenas trocaram ataques os representantes de Washington e Caracas na organização. China e Rússia, aliados do regime venezuelano, condenaram a ação norte-americana. E os embaixadores latino-americanos desfilaram as divergências entre os governos da região, que não conseguiram chegar a consenso, na véspera, durante encontro por teleconferência.

O Brasil, que fez uso da palavra, embora não ocupe atualmente uma cadeira no Conselho de Segurança, manifestou rejeição "categórica" à intervenção dos EUA e alertou para o precedente "perigoso" aberto, em especial, pela detenção do presidente constitucional de um país soberano pelas forças de outra nação — independentemente das razões invocadas. "Não podemos aceitar o argumento de que os fins justificam os meios", afirmou o embaixador Sergio Danese ([leia mais abaixo](#)).

O representante permanente dos EUA na ONU, Mike Waltz, classificou o bombardeio de instalações militares e a captura de Maduro e da primeira-dama, Cilia Flores, como "uma operação para o cumprimento da lei". Referiu-se ao presidente venezuelano como "um fugitivo da Justiça norte-americana e diretamente responsável pelas mortes de milhares de cidadãos (dos EUA)". "Maduro não só era um narcotraficante, era um presidente ilegítimo", acusou. "Por anos, eles (os chavistas) manipularam o sistema eleitoral para se manter no poder."

Em resposta, o embaixador venezuelano, Samuel Moncada, acusou Washington de enviar à América Latina e ao mundo "a mensagem de que seguir a lei é opcional". O diplomata insistiu em que seu país sofreu um ataque "não provocado", que viola o direito internacional, e pediu ao Conselho a adoção de algumas "medidas imediatas". Em primeiro lugar,

John Lamparski/AFP



Reunião de emergência na sede das Nações Unidas, em Nova York: crise venezuelana concentra preocupações da comunidade internacional

John Lamparski/AFP



O embaixador dos EUA, Michael Waltz: defesa da ofensiva militar

Reprodução ONU



O representante da Venezuela, Samuel Moncada: "Libertem Maduro"

Dissonâncias

A Colômbia, que ingressou no organismo no início deste ano, foi quem pediu formalmente a convocação do encontro, atendendo ao pedido da Venezuela. Sua

embaixadora, Leonor Zabalata Torres, afirmou em discurso que as ações dos EUA "os piores momentos de interferências na política latino-americana do Caribe", e alertou sobre as consequências da inação por parte da comunidade

internacional. "Estamos aceitando que a lei e os interesses do mais forte prevaleçam sobre o multilateralismo", criticou. Com ligeira diferença de tom, a representante do Chile, Paula Narváez, lembrou que o governo do presidente Gabriel

international. "Estamos aceitando que a lei e os interesses do mais forte prevaleçam sobre o multilateralismo", criticou. Com ligeira diferença de tom, a representante do Chile, Paula Narváez, lembrou que o governo do presidente Gabriel

Boric, embora de esquerda, "não reconhece Maduro" como presidente, mas ponderou que "as graves violações de direitos humanos que a Venezuela enfrenta não têm uma solução militar".

O principal aliado de Trump na região, o presidente da Argentina, Javier Milei, mostrou-se desde o início favorável à intervenção militar. Ontem, o embaixador Francisco Tropea reafirmou que o país "confia em que esses acontecimentos representem um avanço decisivo contra o narcoterrorismo e, ao mesmo tempo, abram uma etapa que permita ao povo venezuelano recuperar plenamente a democracia". Paraguai e Panamá se pronunciaram em linha semelhante.

"Essas respostas refletem os matizes ideológicos da América Latina: os interesses políticos que cada um representa explicam as posturas sobre a Venezuela", analisa a cientista política venezuelana María Isabel Puerta, professora da Universidade do Colorado (EUA). Em entrevista ao **Correio**, ela lamentou que Brasil e Colômbia tenham sido "tímidos" até aqui frente ao governo chavista. "Seria muito diferente se tivessem exercido mais pressão contra a fraude eleitoral de 2024", disse, mencionando a controversa reeleição de Maduro.

Potências

Entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, que detêm poder de veto sobre resoluções, Rússia e China aproveitaram a reunião para condenar uma vez mais a incursão militar norte-americana e a captura e remoção forçada de Maduro e da mulher para os EUA — bem como para reclamar novamente a pronta libertação dos dois. O representante de Moscou, Vasily Nebenzia, acusou Washington de "nem sequer disfarçar o objetivo de sua ação criminosa para tomar os recursos energéticos" da Venezuela. "Estão dando impulso para um novo ciclo de neocolonialismo e imperialismo", disparou.

O embaixador chinês, Fu Cong, insistiu em que "nenhum país tem poder para atuar como polícia ou tribunal internacional". Desafiou Washington a tomar em consideração "as graves consequências" do ataque à Venezuela sobre a comunidade internacional, em particular sobre a estabilidade política e a paz na América Latina. "Nosso país está profundamente chocado e condena fortemente o bullying (dos EUA)."

Brasil condensa "lei do mais forte"

A diplomacia brasileira subiu ostensivamente o tom em sua intervenção no Conselho de Segurança sobre o ataque norte-americano à Venezuela e a detenção do presidente Nicolás Maduro e da primeira-dama, Cilia Flores. "O Brasil rejeita de maneira categórica e com a maior firmeza a intervenção armada em território venezuelano, em flagrante violação da Carta das Nações Unidas e do direito internacional", afirmou o embaixador do país na ONU, Sérgio Danese. Ele repetiu os termos da nota emitida ainda no sábado pelo presidente Lula para classificar a ofensiva determinada por Donald Trump: "Os bombardeios em território venezuelano e a captura de seu presidente ultrapassam uma linha inaceitável".

O diplomata alertou que a ausência de resposta às ações de Washington, por parte da comunidade internacional coloca o mundo sob o risco de "um cenário marcado pela violência, pelo desordenamento e pela erosão do multilateralismo". Danese situou a posição do Brasil no âmbito da política externa imprimida pelo governo Lula desde seu retorno ao Planalto, em 2023. "O mundo multipolar do século 21, que promova a paz e a prosperidade, não se confunde com áreas de influência", argumentou o embaixador brasileiro, para adiantar reforçar que a ação unilateral dos EUA "carece de legitimidade e abre a possibilidade de conceder aos mais fortes o direito de definir o que é justo ou injusto, correto ou

incorrecto, e até mesmo de ignorar as soberanias nacionais, impondo decisões aos mais fracos."

No discurso de ontem para o Conselho de Segurança, onde o Brasil não ocupa atualmente uma cadeira, o embaixador brasileiro lembrou que os governos da América Latina e do Caribe fizeram na virada do século "a escolha pela paz", e protestou contra o retorno a um passado em que intervenções extrarregionais, inclusivas pela força, resultaram em um ciclo de regimes ditatoriais que deixaram marcas nas sociedades. "O recurso à força em nossa região evoca capítulos da história que acreditávamos superados, e coloca em risco o esforço coletivo para preservar a América Latina como uma zona de paz e

cooperação, livre de conflitos armados, respeitosa do direito internacional e do princípio da não interferência", declarou.

A crise desfigurada pelo ataque do último sábado produziu uma inflexão no tratamento adotado por Lula em relação à Venezuela desde a contestada reeleição de Maduro, em 2024 — até aqui, não reconhecida formalmente pelo Brasil. Diplomatas de países cujos governos se alinharam com Caracas, falando reservadamente ao **Correio**, disseram compreender as razões do presidente para evitar um choque frontal com a Casa Branca, em especial considerando a aproximação pessoal que conseguiu com Trump, da qual resultou a revogação da tarifa aplicada ao país em julho. (SQ)



O embaixador Sérgio Danese: rejeição "categórica" à intervenção dos EUA